

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES DIRETORIA GERAL

PROTOCOLO

PROCESSO n.º 011/88 de 29 de fevereiro de 1988,1
INTERESSADO: Executivo Municipal
LOCALIDADE: Bento Gonçalves
. Altera a Redação ao Art.7º da Lei Municipal Nº990, de 27 de ASSUNTO:
junho de 1980, que Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de
adesão ao Programa de complemantação urbana com o BNH - Banco Nacio-
nal da Habitação, a contrair emprestimos e dá outras rpovidências.
PROJETO-DE-LEI n.º 04/88 (Exec.) de 02 de fevereiro de 1988, 1
COMISSÕES DE: Contituição e Justiça; e Obras, Serv. Públ. e Ativ. Priv.
ARQUIVADO EM: 04.03.88

Lei Municipal N.º 1.491





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES-GABINETE DO PREFEITO

Of. Nº 03/88

Bento Gonçalves, 02 de fevereiro de 1988.

CAMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PROTOCOLO

Senhor Presidente:

Anexo ao presente passamos às mãos de Vos sa Senhoria, para apreciação e votação dessa egrégia Câmara de Ve readores, o projeto de 1ei nº 04/88, que "Altera a redação do Art. 7º da Lei Municipal nº 990, de 27 de junho de 1980."

Mesmo contratando todas as obras do Proje to CURA Piloto, o Município não utilizou todo o valor autorizado pelo SEnado Federal, na Resolução nº 151, de 1983.

Em razão do novo Convênio Nº 0172/85 - PROMUNICÍPIO, através das gestões desenvolvidas pela gerência de ambos os convênios - CURA e PROMUNICÍPIO, foi possível aproveitar no PROMUNICÍPIO o saldo não contratado no CURA, ou seja,30.677,36 OTNs.

Com isto, no PROMUNICÍPIO passou a existir um saldo de 35.627 OTNs, composto de 30.677 OTNs referentes ao CVN nº 172/85 e 4.950 OTNs ainda do Projeto CURA Piloto.

Como agora a Caixa Econômica Federal não

Ao Ilustríssimo Senhor Vereador IVANOR LUIZ TOMASINI DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores NESTA CIDADE





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES-GABINETE DO PREFEITO

trabalha mais com delimitação de área, é necessário modificar as disposições do Art. 7º da Lei Municipal nº 990, de 27 de junho de 1980, tornando possivel a aplicação dos recursos em qualquer á - rea do perímetro urbano do município.

Entendendo justificada a matéria ora proposta, solicitamos sua apreciação em regime de urgência.

Na oportunidade ratificamos as expressões de consideração e estima.

AIDO JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVESGABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 03, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1988

ALTERA A REDAÇÃO DO ART? 7º DA LEI MUNICI PAL Nº 990, DE 27 DE JUNHO DE 1980, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO URBANA COM O BNH - BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, A CONTRAIR EMPRÉSTIMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIDO JOSÉ BERTUOL, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Art. 7º da Lei Municipal nº 990 , de 27 de junho de 1980, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 70 - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a delimitar, através de decreto, as āreas destinadas ao Projeto CURA fundamentando a sua decisão em estudos urbanisticos e econômico-financeiros, salientando-se que poderā abranger qualquer ārea dentro do perimetro urbano do município."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇAL

Air



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES-

GABINETE DO PREFEITO

VES, aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito.

AIDO JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal

APROVADO

VOTAÇÃO: Unico, R.U.

SALA DAS SESSÕES, 01, 03, 1988

Vereador Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 990, DE 27 DE JUNHO DE 1980

AUTORIZA D PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO URBANA COM O BNH - BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, A CONTRAIR EMPRÉSTIMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves, / FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - ĉ o Poder Executivo autorizado a assinar convênio de adesão ao Programa de Complementação Urbana com o 8NH - Banco Nacional de Habitação, que fica fazendo parte integrante desta lei, a firmar os demais contra - tos e promover as medidas na área de competência municipal, para o atendimento dos requisitos do 6NH - Banco Nacional de Habitação e suas normas complementares, neces sárias à implantação do PROJETO CURA no município de Bento Gonçalves.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo, igualmente autorizado a contrair, a par tir de 1980, inclusive, com o aNH - Janco Nacional de Habitação através de seu agente financeiro, empréstimo até o montante de 376.724,36 UPC (trezentes e setenta e seis mil, setecentas e vinte e quatro vírgula trinta e seis unidades padrão de capital) para aplicação em programas e projetos, aprovados pelo mes mo, que atendam às finalidades do Projeto CURA.

Parágrafo Único - O montante autorizado por este artigo poderá ser atual<u>i</u>

zado pelo Poder Executivo, tendo como base os valores
da Unidade Padrão de Capital, na época da assinatura dos respectivos contratos de empréstimo.

Art. 32 - Fica o Poder Executivo, também, autorizado a garantir a opera ção de crédito acima referida, dando em caução ou penhor, em
nome do município, em favor do BNH - Banco Nacional de Habitação, ou seu agente financeiro cotas-partes do ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e do FPM fundo de Participação dos Municípios, ou de outros que lhe caibam por competência
trioutária e, na hipótese de extinção dos impostos atuais, os fundos ou tributos '
que venham a substituí-los, bem como, na insuficiência, qualquer outros créditos,

Alaministracio Fortum





PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

provenientes da receita ordinaria ou extraordinaria.

Art. 40 - É o Poder Executivo autorizado a abrir os competentes créditos a dicionais, necessários à aplicação de recurso oriundo da opera - ção de crédito, autorizada pelo Art. 2º desta lei, bem como para atender às obriga - ções dela decorrentes, em qualquer época do exercício em que forem realizadas, observado o disposto na Lei-Federal nº 4.320 e Constituição Estadual, quanto à época de abertura dos créditos adicionais.

Art. 5º - Os orçamentos municipais, a partir de 1981 conterão dotações orçamentárias necessárias e suficientes para o pagamento do principal, juros e demais encargos, decorrentes dos financiamentos que vierem a ser contratados em função da presente lei.

Art. 6º – O orçamento plurianual de investimentos do Município consignara as dotações correspondentes às operações de crédito e à execução dos programas e projetos previstos nesta lei.

Art. 7º – Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a delimitar, através de Decreto, as áreas destinadas ao Projeto CURA, fundamentando a sua decisão em estudos urbanísticos e econômico-financeiros, salientando-se que a área abrangida compreende o Bairro Progresso e o Bairro São Roque, perfazendo um to tal de 200,96 ha.

Parágrafo Único – Durante a realização de tais estudos poderá o Poder Executivo suspender, pelo tempo que julgar necessário,quais quer concessões de licença de construção e localização.

Art. 8º – Esta lei entrara em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e sete dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta.

Secretàrio do Governo
Marino Poletto

FORTUNATO JANIR RIZZARDO
Prefeito Municipal

Reg. no Livro de 115 n.º 990 à fls. 044 27 / 06 / 19 20



a somissão de Obras A FERNANDO FERI 9/02/88 Presidente

FLS N.º:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PARECER:

Processo Nº: 011 / 88

AUTOR:

ASSUNTO: Altera a Redação do Art.79 da Lei Municipal N9990, de 27 de junho de 1980, que Autoriza; o Poder Executivo a firmar convênio de

adesão ao programa de complementação urbana com o BNH - Banco Nacional da Habitação, a contrair empréstimos e

dá outras providências.

RELATOR: Vereador

Parecer: Comissão de Obras, Serv. Públicos e Ativ. Privadas

Os Vereadores abaixo firmados, membros da Comissão Tecni ca Permanente de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, após analisarem os dizeres do processo nº 011/88 supracitado, esta comissão é de parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, Ol de março de/1988.

Vereador Victoriano R. Antunes - Presidente

Martinelli Vereador/ - Membro

Vereador Paulo Buillamelau - Membro

FLS N.º:

A COMISSÃO Constitui-CON E fustiço ERNANDO FERRARI — EM Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PARECER:

Processo No:

RELATOR: Vereador

011 / 88

AUTOR :

ASSUNTO: Altera a Redação do Art. 79 da Lei Municipal nº990, de 27 de junho de 1980, que autoriza o Poder Executi-

de 1980, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de adesão ao programa de complementação urbana com o

BNH - Banco Nacional da Habitação, a contrair emprestimos e dá outras provi

dências.

Parecer: Comissão de Constituição e Justiça.

Os Vereadores abaixo firmados, membros da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após analisarem os dizeres do Processo Nº Oll /88, que "Altera a Redação do - Art. 7º da Lei Municipal nº 990, de 27 de junho de 1980, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de adesão ao programa de complementação urbana com o BNH - Banco Nacional da Habitação, a contrair empréstimos e dá outras providências", - são de parecer que o mesmo seja aprovado.

É o Parecer.

Sala das Sessões, Ol de março de 1988.

Vereador SERATO FOLETTO - Presidente

Vereador OLMES PERTILE - Membro

Vereador OLIATO DE ROSSI - Membro